

**PARA AQUÉM DA EMANCIPAÇÃO HUMANA^[1]
APONTAMENTOS CRÍTICOS À
“SÉCULO XXI – SOCIALISMO OU BARBÁRIE” de István Mészáros**

Antônio José Lopes Alves*

O presente trabalho tem por objetivo expor algumas considerações críticas acerca das proposições contidas em *Século XXI – socialismo ou barbárie?* de autoria de István Mészáros, em especial no que se refere ao tema da transição para além do mundo do capital. Conceitos ou noções como *imperialismo*, *igualdade substantiva* e *Estado do capital como tal*, merecerão particular exame crítico, no curso do qual se pretenderá evidenciar, de modo claro e rigoroso, tanto com relação ao conteúdo quanto à forma, o quanto parecem ser unilaterais ou mesmo improcedentes. E isso não obstante se reconheça o mérito do livro em exame de recolocar o problema de uma transição para além do capital em um momento profundamente hostil a tematizações desta espécie. Ponto positivo este que não passa ileso à questão mais geral que permeia a reflexão de Mészáros, a transformação do capital de modo contraditório em modo autodestrutivo de produção, como já o assinalava Chasin quando da apresentação crítica contida na segunda edição entre nós de *Produção Destrutiva e Estado Capitalista* (capítulos 15 e 16 de *Beyond Capital*).

A primeira das idéias motrizes da análise empreendida por Mészáros que nos cabe enfrentar é a de que o mundo instaurado pelo capital não foi capaz de realizar na plenitude da existência a igualdade dos indivíduos. A igualdade no mundo do capital, e das formas de vida por ele conformadas, se restringe à mera igualdade formal, não sendo portanto uma igualdade efetiva, ou, para falar nos seus termos, *substantiva*. Assim, o embate teórico levado a efeito pelo autor húngaro se dirige, nesse âmbito de questões, à proposição de uma forma de vida social na qual a igualdade se afirme como substância

mesma das relações, como conteúdo efetivo da atividade e das interações entre os indivíduos. E isto, se ressalte com justiça, sem cair na comum vacuidade dos discursos que tomam esta querela imediatamente dum ponto de vista moral. Em Mészáros, ao revés, existe a tentativa de alicerçar a abordagem num dado entendimento da forma da atividade sob a égide do capital. No entanto, se o faz, o realiza de modo unilateral, confundindo de maneira clara as instâncias, relacionadas, mas nem por isso indistintas, das divisões social e técnica do trabalho. Para tanto, utiliza uma terminologia bastante peculiar, denominando a social de *vertical* ou *hierárquica*, e a técnica de *funcional* ou *vertical*, quase situando as duas imediatamente no contexto concreto da produção. Nosso autor, em seguida, acaba por fazer recobrir sem mais mediações, a segunda pela primeira, apesar do caráter potencialmente positivo e libertador da divisão técnica. Mesmo acentuando uma página além a questão central da subordinação do trabalho ao capital como cerne da divisão social do trabalho, há que assinalar o quanto Mészáros não consegue perceber que, no desenvolvimento da própria atividade produtiva, por meio do incremento da força produtiva do trabalho, as duas formas de distribuição da energia e do tempo sociais de trabalho se encontram em aberta e progressiva contradição.

Neste sentido cabem outras duas observações acerca da tematização exposta, ambas referidas a equívocos igualmente graves, ao menos se o pretendido é tomar o ponto de vista marxiano. De um lado, é absolutamente evidente que a própria determinação da igualdade como categoria central de uma proposição acerca da transição para além do capital denuncia o quanto a própria tematização se acha desviada para *politicização* das questões, o quanto perde em substância a análise mesma das formas de relação social da exploração em benefício de sua expressão política. Coisa semelhante ocorrerá na argumentação em torno do *imperialismo*, como o veremos mais à frente. Por outro lado, o que poderia ser uma forma social baseada em um princípio qualquer de igualdade, mesmo a este se acrescentando o termo *substantivo*? Para Marx, uma sociedade para além das formas da propriedade privada, e, por conseguinte, do capital, seria o espaço para a diversidade e a livre emergência das diferenças individuais, como expansão das possibilidades do

próprio gênero humano. Não cabe então a exigência da igualdade. Além do mais como o argumenta Marx em *Crítica do Programa de Gotha*, tomar o ponto de vista da igualdade necessariamente é se posicionar no horizonte da abstração dos indivíduos, é trata-los de um único modo ou a partir de apenas uma de suas determinações, como trabalhador por exemplo, desconsiderando todo o resto.

Outro conceito igualmente problemático que cabe destacar na argumentação de Mészáros é o de *imperialismo*. Utilizada com uma tranqüilidade teórica surpreendente, tal noção se mostra, no mínimo, como pouco defensável, ao menos, no grau de abstratividade que nosso autor a ela confere. Mészáros sem mais pretende substituir a evoluir histórico do capital, a marcha de suas fases de acumulação e de crises, por uma *história do imperialismo*. Assim nos brinda com uma descrição cronológica das *fases do imperialismo*, na qual subsume tanto aquela identificada teórica e rigorosamente por Lênin, quanto as etapas anteriores e atual do desenvolvimento e expansão do capital, tomando como único referencial a extensão geopolítica de um determinado Estado em direção aos vastos domínios do planeta. Neste sentido, até a empresa colonial portuguesa, inglesa ou francesa se transmuta em *imperialismo*. Neste particular, opera, ao lado da lógica politicista já evidenciada na questão da igualdade substantiva e da transição ao socialismo, um tipo de procedimento que maneja universais por analogia. Basta a existência de uma potência capitalista que se expanda no domínio de parcelas menos desenvolvidas para que se configure um fenômeno genérico, o qual abraça de maneira absoluta a totalidade do desenvolvimento histórico do capital. Aqui aparece muito mais uma certa inapetência de Mészáros para com o entendimento das particularidades de cada momento histórico concreto. Nada é dito acerca das características que diferenciam os momentos de acumulação capitalista, nada os distingue, resta apenas a monotonia de uma pretensa categoria, que a tudo abraça e recebe. Em que radica, em última instância, os movimentos de expansão externa dos Estados capitalistas? Tal questão não é sequer suspeitada.

O autor que pretende ser um desafiador implacável das veleidades políticas da moda, acaba caindo, por força de seus procedimentos, na mesma armadilha de seus adversários. O modo como entende (ou desentende) a *globalização* é paradigmático a esse respeito. Aceitando tacitamente a imagem de bem-aventurança eterna e geral apregoada pelos apologetas do capital, sucumbe ao simulacro discursivo, quando “denuncia” que a globalização não realiza a felicidade universal. Muito melhor faria argumentando contra o cerne das apologias, não tentando provar a inexistência do fato, mas evidenciando que a globalização corresponde antes de tudo a uma nova rodada de acumulação do capital, agora em níveis globais. Ou seja, caracterizando-a como uma nova forma de acumulação do capital, de sua universalização.

É em relação à razão pela qual o capital não conseguiu se universalizar de maneira efetiva é que encontramos o terceiro conceito a ser abordado. O capital não conseguiu instaurar-se como forma concretamente universal por uma inviabilidade política, a de não ter se imposto na forma de um Estado global, ou na terminologia particular do autor, num *Estado do capital como tal*. Como ele mesmo o determina, uma das principais contradições do sistema seria exatamente a sobrevivência do poder dos Estados nacionais como árbitros reais das questões sócio-econômicas em concomitância com a tendência globalizante do capital transnacional. Assim sendo, o grande problema não reside tanto no domínio do capital, atualmente entrando em fase de acumulação mundial, no bojo da qual a universalização contraditória de meios e modos da interatividade social se apresenta como universalidade da alienação, mas a ausência de uma instância de compensação mundial dos entrelaços entre os capitais. Ora, em primeiro lugar, é supor uma simetria de desenvolvimento histórico entre o surgimento do Estado moderno, figura política da propriedade privada por excelência, como unificadora do espaço dos entrelaços da sociedade civil, e a emergência de um novo momento do próprio capital já posto como modo predominante da produção humana. Pressuposição esta, no mínimo ingênua, e que, novamente, parece ser resultado de um mero procedimento por analogias, e não um exercício analítico da efetividade histórica. Em segundo lugar, a instância política transnacional por natureza da competição capitalista em escala mundial, continua sendo o

conflito, explicitamente armado ou não, onde se reproduz a assimetria necessária ao intercâmbio social regido pela lei da propriedade privada. Assim como não se troca em pé de igualdade, senão na aparência, a resolução das contendas não pode ter outro árbitro que a força. Daí o poderio elevado a sua enésima potência dos Estados Unidos em sua relação com os demais blocos de competição industrial em escala mundial.

Ao lado destas objeções, uma outra pode ser levantada, e que tem especial importância no fecho do livro, o qual se volta à posição do movimento socialista frente aos desafios do nascente século. Referimo-nos ao recorrente afastamento de Mészáros com respeito à tese marxiana da contradição entre forças produtivas e relações de produção. O problema teórico é bem maior que o de nosso autor nutrir ou não um apreço pelo desenvolvimento das forças produtivas. A própria afirmação de uma natureza intrinsecamente destrutiva ao capital como controle social da produção, matriz efetivada pela absorção da divisão técnica pela social do trabalho e sustentada pelo Estado, corresponde à denegação da própria contradição em proveito da noção dum “desenvolvimento cego das forças produtivas”, com a necessidade de, frente a isso, uma mobilização política extraordinária de alguma espécie. Ora, para Marx, as forças produtivas, longe de se identificarem de modo fetichista com a tecnologia, é expressão do evoluir da capacidade dos indivíduos de configurar a materialidade de acordo com suas necessidades e, deste modo, construírem-se a si mesmos. Abrange a tecnologia como um de seus momentos, mas não se resume a ela. Um outro elemento desse complexo é também a forma como os indivíduos interagem em sua produção social, em correspondência com seus meios e possibilidades, os quais freqüentemente se acham numa assimetria em relação ao modo particular pelos quais a propriedade é organizada e detida. Observa-se na reflexão de Mészáros uma incapacidade para evidenciar a dissensão crescente entre a produção do valor centrada na ciência e as formas de propriedade social do capital, a qual se expressa, embora ainda de modo incipiente, desde a rebeldia do *software livre* até a querela das patentes. O autor refere Jonas Salk e sua recusa em patentear a vacina antipólio sem que se dê conta do real significado do caso. Ou seja, para Mészáros, não é a partir de condições dadas, que possibilitem e exijam uma

transformação, é que a perspectiva revolucionária pode se colocar, como o considerava Marx. Neste sentido, parece fazer ouvidos moucos à advertência marxiana de que “se não há, na sociedade tal qual ela é, condições materiais de produção de uma sociedade sem classes e de relações de troca a esta correspondente, todas as tentativas de explodi-la são *Donquichoterie*”. Muito ao contrário, trata-se aqui de um puro posicionamento político que negue um *status quo* dominante, o qual resume sua pretensa radicalidade na repetição interrogativa de um repto.

Referência Bibliográfica:

Cf. Chasin, J. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, 2ª. edição, Editora Ensaio, São Paulo, 1996, pp. 14 -18.

Mészáros, I. *Século XXI – Socialismo ou Barbárie*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2003, p. 15.

Ibidem, p. 18.

Cf. Marx, K. *Werke*, Band 19, Berlin, 1982, pp. 13-32.

Mészáros, I. *Op. Cit.*, p. 72.

Idem, p. 12.

Idem, p. 54.

Cf. Mészáros, I. *Op. Cit.*, p. 54.

Cf. Marx, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, Dietz Verlag, Berlim, 1974, pp.74-77.

^[1] - Artigo Publicado no Jornal *Estado de Minas*, Caderno *Pensar* no dia 15 de novembro de 2003.

* Doutorando em Filosofia – UNICAMP - Professor da UFMG - Membro do Grupo de Pesquisa Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes